

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

SR. PREGOEIRO AO CONSULTAR O SICAF A EMPRESA MR LICITAÇÕES TEM VARIAS SUSPENSOES . E RESTRIÇÕES PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

[Fechar](#)

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

A empresa Safira Ind. e Com. De Cosméticos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº , 11.587.245-/0001-83, com sede no endereço Rua Maçon Ribeiro, nº 220, bairro Parque São Pedro, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, ora representada por sua sócia administradora Leda Mares Machado, brasileira, viúva, empresária, RG 4.333.133 SSP/MG, CPF 847.057.286-53, residente e domiciliado no endereço Rua Sórora Ana Angélica, nº 151, bairro Planalto, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, vem interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face da habilitação da empresa MR Licitações, inscrita no CNPJ nº 41.687.100/0001-15, o que faz pelas razões que passa a expor:

Requer o processamento do presente recurso, com sua remessa à autoridade superior, para que proceda ao seu julgamento.

Nestes termos, pede deferimento,
Belo Horizonte, 20 de julho de 2022

Leda Mares Machado
SÓCIA ADMINISTRADORA
CPF 847.057.286-53

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM PREGÃO ELETRÔNICO

Ref. Pregão Eletrônico nº: 37/2022
Recorrente: SAFIRA IND. E COM. DE COSMÉTICOS LTDA

ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, o recorrente apresenta as razões pelas quais, no caso, sua decisão foi equivocada, merecendo os devidos reparos.

PRELIMINARMENTE

Cumprido esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão de classificação e habilitação, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002.

DOS FATOS

No dia 19 de julho de 2022 foi habilitada a empresa MR Licitações, no Pregão Eletrônico nº 37/2022 SRP, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. O sistema utilizado para a realização do certame foi o Comprasnet. O objeto do dito certame era a eventual aquisição de Materiais de Higienização e EPIs. De acordo com o edital da licitação, as licitantes, devem cumprir alguns requisitos previstos na SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, para a participação do certame, o que no julgamento e habilitação da proposta da empresa vencedora MR LICITAÇÕES LTDA, deixou de ser analisado o item 2.8, que se encontra impedida de licitar até 2023.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes devem na SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, cumprir alguns requisitos, destaca-se o item 2.8 do edital:

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98; e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93; f.1) Considera-se "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência; i.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA Seção de Licitações apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).
- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- l) Exceto para os itens 1, 3, 5, 7 e 9, empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

A decisão de habilitação da empresa MR Licitações tomada pelo pregoeiro não merece prosperar. Como será demonstrado que a empresa não cumpre plenamente os requisitos de habilitação do certame.

DA EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA EMPRESA MR LICITAÇÕES

Fundamental destacar que a MR LICITAÇÕES LTDA, fora declarada impedida de licitar conforme informações obtidas no site CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas, encontra-se impedida de licitar e contratar com a administração, senão vejamos:

Sanção aplicada pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ.

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção: SUSPENSÃO - LEI DE LICITAÇÕES

Fundamentação legal: ART. 87, INCISO III, LEI 8666/1993

Descrição da fundamentação legal: PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

Data de início da sanção 25/03/2022

Data de fim da sanção 25/03/2023

Data de publicação da sanção 25/03/2022

Publicação: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 3 PAGINA 133

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado**

Número do processo 23111.043382/2021-21 / PREGÃO Nº 04/2021- 3º GAAAE

Abrangência definida em decisão judicial SEM INFORMAÇÃO

Observações ALÉM DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UFPI POR 1 (UM) ANO, FOI APLICADA MULTA NO VALOR DE R\$ 348,00 (TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Complemento do órgão sancionador

UF do órgão sancionador PI

ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Endereço NÃO INFORMADO

Contatos da origem da informação NÃO INFORMADO

E-mail CEIS@CGU.GOV.BR;

Data de registro no sistema 30/03/2022

Sanção aplicada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ RJ

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção: SUSPENSÃO - LEI DE LICITAÇÕES

Fundamentação legal: ART. 87, INCISO III, LEI 8666/1993

Descrição da fundamentação legal: PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR

PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;
Data de início da sanção 28/04/2022
Data de fim da sanção 27/04/2023
Data de publicação da sanção 28/04/2022
Publicação DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SEÇÃO 470 PÁGINA 8
Detalhamento do meio de publicação
Data do trânsito em julgado 26/04/2022
Número do processo 4452/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 019/2021
Abrangência definida em decisão judicial SEM INFORMAÇÃO
Observações
ÓRGÃO SANCIONADOR
Nome PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ (RJ)
Complemento do órgão sancionador
UF do órgão sancionador RJ
ORIGEM DA INFORMAÇÃO
Órgão/Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ (RJ)
Endereço AV. PRESIDENTE SODRÉ, 534 - CENTRO, MACAÉ/RJ CEP: 27913-080
Contatos da origem da informação (22) 2791-9008
E-mail LICITACAO@MACAE.RJ.GOV.BR; LICITACAO@MACAE.RJ.GOV.BR;
Data de registro no sistema 09/05/2022

"De igual modo, não há ilegalidade na aplicação da sanção de suspensão temporária do direito de licitar, porquanto encontra previsão direta no art. 87, III, da Lei n. 8.666 /1993, sendo certo que o Edital Pregão nº 37/2022, dispõe que "[a] aplicação das sanções previstas para contratação e não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n. 8.666/1993, inclusive a responsabilização.

"Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Portanto a empresa MR LICITAÇÕES LTDA, está com o DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR SUSPENSO, nos termos do art.87, III, da Lei nº 8.666/93, COM QUALQUER ÓRGÃO da Administração Pública, direta ou indireta, da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Por tudo que já foi exposto, conclui-se que as sanções aplicadas encontram amparo na legislação e foram impostas de forma compatível com a gravidade das infrações e com a urgência demandada, considerando a natureza dos serviços prestados, não havendo falar em violação aos princípios da legalidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e da culpabilidade.

Diante do exposto, requer a inabilitação da empresa MR LICITAÇÕES LTDA, por não cumprir os requisitos estabelecidos no edital, Seção II, conforme sanção aplicada por dois órgãos públicos, ficando impedida de licitar até o ano de 2023.

DA NECESSIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO PRESENTE RECURSO

Dispõe assim a Lei 9.784/99 sobre a atribuição de efeito suspensivo aos recursos administrativos: Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

(..)

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

No caso em tela, as questões de fato e de direito apresentadas exigem a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.

É evidente o prejuízo da Administração advinda da atitude do Douto Pregoeiro de não seguir as regras legais

Vale lembrar que, ao contrário dos demais casos legais em que há exigência semelhante, a Lei nº 9.784/99 não exige para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso que haja a prova da probabilidade do direito ou da verossimilhança das alegações do recorrente.

Por fim, diante dos fatos trazidos à baila das presentes Razões de Recurso Administrativo é que se Requer o quanto segue:

D O P E D I D O

Diante todo o exposto, ciente de que a culta inteligência de Vossa Senhoria suprirá todas as lacunas deste deslustrado trabalho, é que se requer o conhecimento do Recurso Administrativo interposto, a fim de que seja a Empresa MR LICITAÇÕES LTDA declarada inabilitada, retomando-se o presente Certame com a chamada da

Empresa subsequente.

Entretanto, caso a medida acima não seja adotada, REQUER sejam os autos ENCAMINHADOS ao órgão competente, para apreciação do Recurso Administrativo e suas inclusas Razões.

Nestes termos, pede-se e espera deferimento.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2022

LEDA MARES MACHADO
SÓCIA ADMINISTRADORA
CPF 847.057.286-53

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

A EMPRESA NÃO CUMPRIU COM A LEI DE LICITAÇÃO E QUE SERÁ APRESNETADO NA PEÇA RECURSAL COTANDO PRODUTO FORA DE ESPECIFICAÇÃO.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

A
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral na Bahia
Pregão nº 372022 (SRP)

RECURSO

NASA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.723.567/0001-57, com sede constituída na Rua Léllis Piedade, Nº. 322, no Bairro da Ribeira, Salvador-Bahia, CEP: 40.420-190, endereço eletrônico: nasacsc@gmail.com, neste ato representada por sua atual sócia administradora, Sra. MARICÉLIA DE JESUS SILVA SANTOS, portadora do RG nº. 690796170, SSP/BA e do CPF/MF nº. 791.677.305-82, casada, brasileira, residente e domiciliada na Rua Jorge Góes Mascarenhas, nº. 9, Salvador - BA, CEP: 40. 415-115, Tels.: (71) 3491 - 8901, (71) 99975-0949, vem, respeitosamente perante à presença de Vossa Senhoria, apresentar PARA OS LOTES 5,6 E 7, RECURSO ADMINISTRATIVO em face da injusta penalidade que lhe fora duramente aplicada e o faz pelos motivos fáticos e jurídicos abaixo aduzidos:

DOS FATOS

No dia 19 de julho de 2022 foi habilitada a empresa MR Licitações, no Pregão Eletrônico nº 37/2022 SRP, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. O sistema utilizado para a realização do certame foi o Comprasnet. O objeto do dito certame era a eventual aquisição de Materiais de Higienização e EPIs. De acordo com o edital da licitação, as licitantes, devem cumprir alguns requisitos previstos na SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, para a participação do certame, o que no julgamento e habilitação da proposta da empresa vencedora MR LICITAÇÕES LTDA, deixou de ser analisado o item 2.8, que se encontra impedida de licitar até 2023, ALEM DO ITEM NÃO TER APRESENTADO A EMBALAGEM CONFORME REZA O INMETRO. JÁ A EMPRESA BLESS INDUSTRIA BRASILEIRA NÃO LOCALIZAMOS NUNHUM PRODUTOS COM O SEU CNPJ JUNTO AO SITE DA ANVISA 14.934.850/0001-71.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes devem na SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, cumprir alguns requisitos, destaca-se o item 2.8 do edital:

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98; e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93; f.1) Considera-se "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência; i.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA Seção de Licitações apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).
- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- l) Exceto para os itens 1, 3, 5, 7 e 9, empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

A decisão de habilitação da empresa MR Licitações tomada pelo pregoeiro não merece prosperar. Como será demonstrado que a empresa não cumpre plenamente os requisitos de habilitação do certame.

DA EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA EMPRESA MR LICITAÇÕES

Fundamental destacar que a MR LICITAÇÕES LTDA, fora declarada impedida de licitar conforme informações obtidas no site CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas, encontra-se impedida de licitar e contratar com a administração, senão vejamos:

Sanção aplicada pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI.

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção: SUSPENSÃO - LEI DE LICITAÇÕES

Fundamentação legal: ART. 87, INCISO III, LEI 8666/1993

Descrição da fundamentação legal: PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

Data de início da sanção 25/03/2022

Data de fim da sanção 25/03/2023

Data de publicação da sanção 25/03/2022

Publicação: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SEÇÃO 3 PAGINA 133

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado**

Número do processo 23111.043382/2021-21 / PREGÃO Nº 04/2021- 3º GAAAE

Abrangência definida em decisão judicial SEM INFORMAÇÃO

Observações ALÉM DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UFPI POR 1 (UM) ANO, FOI APLICADA MULTA NO VALOR DE R\$ 348,00 (TREZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

** Informação não disponível, favor verificar junto ao órgão sancionador

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Complemento do órgão sancionador

UF do órgão sancionador PI

ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Endereço NÃO INFORMADO

Contatos da origem da informação NÃO INFORMADO

E-mail CEIS@CGU.GOV.BR;

Data de registro no sistema 30/03/2022

Sanção aplicada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ RJ

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Tipo da sanção: SUSPENSÃO - LEI DE LICITAÇÕES

Fundamentação legal: ART. 87, INCISO III, LEI 8666/1993

Descrição da fundamentação legal: PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

Data de início da sanção 28/04/2022

Data de fim da sanção 27/04/2023

Data de publicação da sanção 28/04/2022

Publicação DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SEÇÃO 470 PÁGINA 8

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado 26/04/2022

Número do processo 4452/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO 019/2021

Abrangência definida em decisão judicial SEM INFORMAÇÃO

Observações

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ (RJ)

Complemento do órgão sancionador

UF do órgão sancionador RJ

ORIGEM DA INFORMAÇÃO

Órgão/Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ (RJ)

Endereço AV. PRESIDENTE SODRÉ, 534 - CENTRO, MACAÉ/RJ CEP: 27913-080

Contatos da origem da informação (22) 2791-9008

E-mail LICITACAO@MACAE.RJ.GOV.BR; LICITACAO@MACAE.RJ.GOV.BR;

Data de registro no sistema 09/05/2022

"De igual modo, não há ilegalidade na aplicação da sanção de suspensão temporária do direito de licitar, porquanto encontra previsão direta no art. 87, III, da Lei n. 8.666 /1993, sendo certo que o Edital Pregão nº 37/2022, dispõe que "[a] aplicação das sanções previstas para contratação e não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n. 8.666/1993, inclusive a responsabilização.

"Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Portanto a empresa MR LICITAÇÕES LTDA, está com o DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR SUSPENSO, nos termos do art.87, III, da Lei nº 8.666/93, COM QUALQUER ÓRGÃO da Administração Pública, direta ou indireta, da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Por tudo que já foi exposto, conclui-se que as sanções aplicadas encontram amparo na legislação e foram impostas de forma compatível com a gravidade das infrações e com a urgência demandada, considerando a natureza dos serviços prestados, não havendo falar em violação aos princípios da legalidade, da proporcionalidade, da razoabilidade e da culpabilidade.

Diante do exposto, requer a inabilitação da empresa MR LICITAÇÕES LTDA, por não cumprir os requisitos estabelecidos no edital, Seção II, conforme sanção aplicada por dois órgãos públicos, ficando impedida de licitar até o ano de 2023.

DA NECESSIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO PRESENTE RECURSO

Dispõe assim a Lei 9.784/99 sobre a atribuição de efeito suspensivo aos recursos administrativos: Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

(..)

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

No caso em tela, as questões de fato e de direito apresentadas exigem a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.

É evidente o prejuízo da Administração advinda da atitude do Douto Pregoeiro de não seguir as regras legais

Vale lembrar que, ao contrário dos demais casos legais em que há exigência semelhante, a Lei nº 9.784/99 não exige para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso que haja a prova da probabilidade do direito ou da verossimilhança das alegações do recorrente.

Por fim, diante dos fatos trazidos à baila das presentes Razões de Recurso Administrativo é que se Requer o quanto segue:

E quanto ao produto oferecido no processo o mesmo não atende a legislação atual, pois o INMETRO obriga que os álcool na sua embalagem deve conter o selo do INMETRO CONFORME PORTARIA 269 E 270 DE 05 DE AGOSTO DE 2008, JÁ a empresa Bless Industria com o CNPJ 14.934.850/0001-71 além da sua embalagem estando irregular perante ao INMETRO salientamos que não foi encontrado no site da ANVISA nenhum tipo de álcool com este cnpj já informado, e porque a mesma informa que a sua marca é PROPRIA!!??? Gostaria quena sua contrarrazão a mesma nos apresente o registro da anvisa que consta o CNPJ, Pois o que foi encontrado dois registro com o NOME BLESS Industria Porém com outro CNPJ.

D O P E D I D O

Diante todo o exposto, ciente de que a culta inteligência de Vossa Senhoria suprirá todas as lacunas deste deslustrado trabalho, é que se requer o conhecimento do Recurso Administrativo interposto, a fim de que seja a Empresa MR LICITAÇÕES LTDA e BLESS INDUSTRIA DO BRASIL declarada inabilitada, retomando-se o presente Certame com a chamada da Empresa subsequente.

Entretanto, caso a medida acima não seja adotada, REQUER sejam os autos ENCAMINHADOS ao órgão competente, para apreciação do Recurso Administrativo e suas inclusas Razões.

Nestes termos, pede-se e espera deferimento.

Salvador, 22 de julho de 2022

Atenciosamente,
Maricélia de Jesus

Fechar